Espanha

Os Reis Católicos (1447-1516): O primeiro passo em direção à unidade nacional foi dado por ocasião da reunião das duas monarquias de Castela e Aragão sob o poder dos Reis Católicos [Isabela I (1474-1504] e Fernando II [1479-1516]], que incorporaram Granada a Castela (1492) e Navarra a Aragão (1512). Os dois soberanos trabalharam para a unidade religiosa [criação da Inquisição (1478), expulsão dos judeus (1492) e dosss mouros (1502)] e para o reforço da autoridade real com com a fundação da Santa Irmandade (1476), introduzindo seus agentes (corregedores) nos municípios e reduzindo o poder político da nobreza. Funcionários formados pelas universidades ocuparam os novos conselhos castelhanos, ponto de partida para uma administração centralizada. Sob a égide dos Reis Católicos, a Espanha lançou as bases de seu império colonial após o descobrimento da América por Cristovão Colombo e conquistou o reino de Nápoles (1504) graças à temível infantaria dos tercios. A obra de Fernando e Isabela deu origem à grandeza da Espanha no séc. XVI.

A idade do ouro (1516-1598(: A Espanha havia se tornado uma força preponderante na Europa. Com a morte de Fernando II, inaugurou-se o chamado “século de ouro”, no qual dois soberanos se sucederam: Carlos I (1516-1556), que a partir de 1519 reinou como Carlos V, e Felipe II (1556-1598). O primeiro constituiu o reino da Espanha pela união de Castela e Navarra (1516) sob o cetro de Aragão. O segundo realizou a unidade da península e reuniu os dois vastos impérios coloniais espanhol e português, herdando a Coroa de Portugal, em 1580. A Espanha estava, então, em seu apogeu: às duas possessões européuias (Nápoles, Sicília, Sardenha, Milão, Franco-Condado, Países Baixos) acrescentaram-se seus territórios na América (México, Peru, Chile, conquistados entre 1519 e 1543), as feiturias portuguesas da África e da Ásia e o Brasil. O apogeu da Espanha coincidiu com o triunfo do absolutismo, assegurado por Felipe II, que, do Palácio do Escorial, governou com a ajuda de conselheiros nomeados por ele. Prosseguindo sua unificação religiosa, a Espanha fechou-se às influências estrangeiras e heteredoxas: a Inquisição travou o impulso vigoroso do movimento erasmiano (cerca de 1538) e eliminou os centro calvinistas em Valladolid e Sevilha (1559), enquanto os mouros de Granada, revoltados (1568), foram dispensados por Castela. A prosperidade estabelecida por Carlos V estava estreitamente ligada ao desenvolvimento do comércio maríttimo, cujo centro principal era Sevilha, sede da Casa de Contratación (fundada em 1503), que dirigia todo o comércio com a América e para onde a “frota das Índias” levou grandes quantidades de ouro e prata. Estes metais preciosos permitiam que a Espanha estivesse presente em todos os campos de batalha da Europa para defender o catolicismo. Ela lutou contra a Reforma na Alemanha, nos Países Baixos, na França, e afastou o perigo turco no Mediterrâneo através de sua vitória em Lepanto (1571). Mas a intervenção nas Guerras de Religião terminou com uma derrota (Tratado de Vervins, 1598). Anteriormente, a Espanha provocara uma revolta nos Países Baixos (1566), na qual perdera as ricas Províncias Unidas, e sua Invencível Armada fora destruída pela Inglaterra (1588), terminando assim sua supremacia marítima. Além disso, as enormes despesas acarretadas pelas guerras arruinaram o Estado e deram origem à decadência financeira e econômica, a partir de 1590.

A decadência (1598-1700): O séc XVII foi uma era de declínio, perceptível em todos os domínios, exceto nas letras e nas artes. De 8.500.000 hab. Em 1591, a população passou para 6.000.000 em 1700. Esta regressão demográfica resultou da emigração para a América, de epidemias, da partida de 500.000 mouros (expulsos em 1609) e sobretudo da ruína da economia, devida à alta dos preços. Governada por reis fracos, Felipe III (1598-1621), Felipe IV (1621-1665) e Carlos II (1665-1700), a Espanha precisou enfrentar movimentos separatistas na Catalunha e em Portugal (1640). Se por um lado incorporou a Catalunha (1652), em contrapartida precisou reconhecer a independência de Portugal (1668). Sua luta contra a França de Luís XIII e de Luís XIV (Guerra dos Trinta Anos, guerras da Devolução e da Holanda) foi pontilhada de reveses [derrotas das Dunas (1639), de Recroi (1643)] que lhe fizeram perder a preponderância na Europa. Foi despojada do Roussillon, da alta Cerdanha, de Artois (Tratado dos Pireneus, 1659), de uma parte da Flandres (Tratado de Aix-la-Chapelle, 1668) e do Franco-Condado (tratado de Nimegue, 1678). Além disso, precisou consentir (1659) no casamento da infanta Maria Teresa com Luís XIV, cujo neto, o duque d´Anjou, tornou-se rei sob o nome de Felipe V (1700) em virtude do testamento de Carlos II (último representante da Casa da Áustria), o que provocou a Guerra da Sucessão Espanhola.